



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **3000054-12.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação**
 Requerente: **Sidertec Estruturas Metalicas Ltda**
 Requerido: **A Telecom Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

SIDERTEC ESTRUTURAS METALICAS LTDA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Comum em face de A Telecom Sa, também qualificado, alegando manter contrato de serviços telefônicos com a ré tendo por objeto a linha 3362-5010, suspensos pela ré em 21 de agosto de 2013 sob alegação de não pagamento da fatura no valor de R\$ 10.772,86 vencida em 16 de abril de 2013, na qual incluídas trezentas e quarenta e sete (347) ligações internacionais que não realizou e que somavam R\$ 8.760,67, de modo que realizou o pagamento pelo saldo no valor de R\$ 2.012,19, em seguida ao que encaminhou três (03) telegramas à ré que se limitou a encaminhar nova fatura no valor daquelas ligações internacionais, o que motivou notificação extrajudicial que lhe encaminhou, destacando que na fatura com vencimento para 16 de maio de 2013 novamente foram lançadas novecentas e oitenta e três (983) ligações internacionais que não realizou, no valor de R\$ 43.578,79, de modo que se limitou a pagar as ligações efetivamente realizadas e que somavam R\$ 1.932,16, sobrevivendo então o já referido corte do serviço, requerendo sejam declarados inexistentes os débitos em discussão e que seja a ré condenada a pagar indenização pelo dano moral em valor a ser arbitrado.

Pelas mesmas razões a autora havia ajuizado ação cautelar inominada, autos em apenso nº 0015834-43.2013, na qual deferida liminarmente ordem para restabelecimento do serviço.

A ré contestou o pedido sustentando em preliminar que sua denominação é TELEFONICA BRASIL S/A, reclamando seja feitas as necessárias alterações; no mérito, afirma ter feito as verificações e visita técnica à autora, onde apurou que um aparelho PABX ao qual estavam ligadas vários outros aparelhos, permitiu as ligações clandestinas, das quais a autora tinha pleno conhecimento, e porque a responsabilidade dela, ré, limita-se ao serviço da linha e não ao equipamento de PABX, concluiu não lhe cumprisse restituir os valores das ligações que de fato existiram, de modo a concluir pela improcedência da ação ou, alternativamente, haja fixação de indenização em valor que não constitua enriquecimento ilícito da autora.

A autora replicou sustentando não existir defeito no seu PABX e que a prova desse fato cabe à ré, conforme precedentes de jurisprudência que junta, reiterando as postulações da inicial.

O feito foi instruído com a realização de prova pericial, sobre a qual apenas a autora se manifestou, concluindo pela procedência da ação.

É o relatório.

DECIDO.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Preliminarmente, cumpre acolhida a manifestação da ré, para que sua correta denominação jurídica seja anotada e retificada no registro e autuação do feito, como TELEFÔNICA BRASIL S/A.

No mérito, conforme já analisado e apontado no saneador, são pontos controvertidos a serem solucionados nesta ação a.- a existência dos defeitos no PABX da autora; e b.- que a autora tinha conhecimento desse defeito.

O laudo pericial apontou que *"a situação aqui tratada é análoga a de 'clonagem', como estabelecido acima, pois está configurado um padrão claramente anômalo de ligações telefônicas, tanto do ponto de vista de destina quanto dos horário das ligações realizadas"* (vide resposta ao quesito 1., fls. 188).

No que diz respeito à existência dos defeitos no PABX da autora, o laudo pericial destacou que *"o equipamento está configurado corretamente e não há defeitos perceptíveis"* (vide resposta ao quesito 5., fls. 193), aduzindo que *"a alegação da requerida, quanto a forma pela qual se deu a invasão, pode ser considerada como tecnicamente infundada. Afinal trata-se dxe um PABX convencional, consistindo tão somente em troncos e ramais analógicos"*, complementando, a seguir, que *"não há evidência de que o PABX tenha sido trocado pela requerida ou por terceiros"* (vide resposta ao quesito 5., fls. 194).

Ou seja, afastadas as teses da ré e havendo prova pericial de que as ligações discutidas pela autora foram efetivamente objeto de *clonagem*, é de rigor o acolhimento da ação para que seja declarada inexistente a dívida no valor de R\$ 8.760,67 lançada na fatura da linha telefônica número 3362-5010 vencida em 16 de abril de 2013, referente a trezentas e quarenta e sete (347) ligações internacionais, como ainda a dívida no valor de R\$ 43.578,79 lançada na fatura vencida em 16 de maio de 2013 referente a novecentas e oitenta e três (983) ligações internacionais, cominando-se à ré a obrigação de manter em funcionamento a referida linha telefônica, bem como a obrigação de não realizar o apontamento desses valores como dívida não paga em nome da autora.

Não há, porém, a ver desse juízo, como se admitir a existência de prejuízo moral.

Ocorre que, dizer que por conta da cobrança e interrupção do serviço telefônico em si teria decorrido prejuízo moral à empresa autora, por suposto constangimento ao ser obrigada a ajuizar demanda (vide fls. 05) parece-nos, com o devido respeito, não conforme o melhor entendimento, atento a que, ainda que se admita a possibilidade de que a pessoa jurídica seja sujeito passivo de dano moral (cf. Súmula nº 227 do Superior Tribunal de Justiça: *"A pessoa jurídica pode sofrer dano moral"*), cumprirá considerar que, diferentemente da pessoa física, os *"Danos morais relativos à pessoa jurídica demandam aferição de violação de sua honra objetiva, eis que não possui honra subjetiva. Assim, não se podem confundir os dissabores da pessoa física titular das cotas sociais e condutora do automóvel com danos morais relativos à pessoa jurídica proprietária do veículo. (...)"* – cf. Ap. nº 0018208-29.2013.8.26.0664 - 27ª Câmara de Direito Privado TJSP - 15/03/2016¹).

Sequer haverá se falar em *relação de consumo* (sic., fls. 06), pois aqui o serviço contratado com a ré servia ao desenvolvimento das atividades da autora, e, como se vem decidindo, *"não se aplicam as disposições do Código de Defesa do Consumidor (...), mormente quando a contratante é pessoa jurídica e, muito provavelmente, tomou emprestado dinheiro para aplicar em sua atividade produtiva, não sendo considerada, pois, destinatária final do serviço"* (RT 772/264 – in CLÁUDIA LIMA MARQUES, ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN e BRUNO MIRAGEM²), além do que não haveria falar-se em *hipossuficiência* ou *vulnerabilidade* da empresa, *"pela simples constatação de que dispõem de força suficiente para sua defesa"* (cf.

¹ <https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/resultado>

² CLÁUDIA LIMA MARQUES, ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN e BRUNO MIRAGEM, *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*, 2004, RT, SP, p. 76.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

JOSÉ GERALDO BRITO FILOMENO³).

Não há, portanto, se falar em inversão de ônus da prova, sendo de rigor rejeitar-se a postulação de ofensa moral.

A ré sucumbe em relação ao pedido declaratório de inexistência de débito, mas sai vencedora em relação ao pedido de indenização pelo dano moral, de modo que, aferido que o trabalho de cada um dos respectivos procuradores limitou-se às peças inicial e de defesa, tem-se devam responder pela metade das despesas processuais e honorários advocatícios, em relação ao valor da causa, de modo que acabam compensadas essas verbas entre os litigantes.

Em relação à ação cautelar, é ela procedente, cumprindo seja mantida a medida liminar que determinou o restabelecimento do serviço da linha telefônica em discussão, cumprindo à ré arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor daquela causa, atualizado.

Isto posto JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação, em consequência do que DECLARO INEXISTENTE a dívida em nome da autora SIDERTEC ESTRUTURAS METALICAS LTDA na qual figura como credora a ré TELEFÔNICA BRASIL S/A sucessora de A Telecom Sa, tendo por objeto os serviços telefônicos da linha 3362-5010 no valor de R\$ 8.760,67 lançados na fatura vencida em 16 de abril de 2013 e referentes a trezentas e quarenta e sete (347) ligações internacionais, e também no valor de R\$ 43.578,79 lançados na fatura com vencimento para 16 de maio de 2013 referentes a novecentas e oitenta e três (983) ligações internacionais, compensados os encargos da sucumbência, na forma e condições acima; e JULGO PROCEDENTE a ação cautelar inominada, autos em apenso nº 0015834-43.2013, ajuizada pela autora SIDERTEC ESTRUTURAS METALICAS LTDA contra a ré TELEFÔNICA BRASIL S/A sucessora da A Telecom Sa, em consequência do que mantenho a liminar que determinou o restabelecimento e manutenção dos serviços telefônicos da linha 16-3362-5010, e CONDENO a ré ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da ação cautelar, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 01 de abril de 2016.

Vilson Palaro Júnior
 Juiz de direito.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

³ JOSÉ GERALDO BRITO FILOMENO, *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor*, Forense Universitária, SP, 2002, p. 28.